

Direita e esquerda

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

É muito perigoso ter opiniões definitivas em matéria de política internacional. Tudo muda. Nos anos 80, o governo dos Estados Unidos decidiu fornecer armamento especial para os guerrilheiros no Afeganistão que lutavam contra o invasor soviético. Municiamos os combatentes com uma arma pessoal que disparava um petardo capaz de abater os poderosos helicópteros utilizados pelo Exército Vermelho. Derrubaram montes deles. E contribuíram para que o invasor abandonasse o país.

No lugar do invasor, os combatentes assumiram o poder, ficaram com as armas e se constituíram no novo inimigo contra o qual o Exército dos Estados Unidos precisava lutar. A guerra acidental, sem motivo, nem propósito, provocou a morte de milhares de norte-americanos e civis. Só terminou com a retirada apressada e desorganizada promovida pelo governo do presidente Joe Biden. Ou seja, os norte-americanos treinaram, organizaram e entregaram armas ao inimigo, que agora está no poder naquele país.

Nas Américas, o governo dos Estados Unidos já se envolveu em operações políticas de grande profundidade. Em setembro de 1973, por exemplo, os serviços secretos daquele país financiaram uma greve de transportes no Chile que promoveu sério desabastecimento e abriu as portas para o golpe militar de Augusto Pinochet contra o presidente Salvador Allende. O presidente chileno morreu durante o violento ataque ao Palácio de la Moneda, sede do governo.

A política externa norte-americana é errática. Não segue linha previsível e contempla uma esdrúxula característica. O cargo de embaixador do país usualmente é concedido a quem faz a mais saborosa doação para o vencedor das eleições presidenciais. Assim as embaixadas dos Estados Unidos nos principais centros de poder do mundo são preenchidas por políticos provincianos que pouco ou nada entendem da realidade do país onde estão acreditados. Joseph Kennedy, pai de John Kennedy, embaixador dos Estados Unidos em Londres nos anos 40 do século passado, advogou abertamente a favor do acordo de Churchill com Hitler. Era um entusiasta das ideias nazistas.

No mundo atual, na fotografia de hoje, há uma realidade inescapável. Um dos maiores produtores de petróleo do mundo, a Rússia, está em conflito aberto com os países europeus e com os Estados Unidos por causa da Ucrânia. O inverno chegou ao hemisfério norte e não haverá energia para a calefação. As pessoas vão sentir muito frio em Berlim, Paris, Londres e arredores. Há urgente necessidade de substituir o petróleo originário da Rússia e encontrar fornecedor capaz de suprir, em curto prazo, o mercado com preço e pontualidade. E com produto de qualidade. O único país capaz dessa proeza é a Venezuela, que possui a maior reserva de petróleo do mundo.

Acontece que o país comandado por Nicolás Maduro é um pária internacional. Os Estados Unidos determinaram sua exclusão econômica, o que piorou ainda mais a grave situação financeira do país já desorganizada pela administração



populista, desastrada e incompetente do sucessor de Chávez. Nenhuma empresa norte-americana poderia fazer negócios naquele país sul-americano. Mas o vento mudou e a necessidade falou mais alto. O governo Biden deu autorização a empresa norte-americana para realizar prospecção e exploração de petróleo na região de Maracaibo. Naturalmente o produto será vendido e parte da renda reverterá para os venezuelanos, que assim poderão sair da profunda recessão em que vivem.

A Venezuela deverá retornar à vida na comunidade das nações. E as relações entre Washington e Caracas serão, naturalmente, intermediadas pelo Brasil do presidente Lula. Os norte-americanos cessam as ameaças de invasão daquele país em troca de uma convivência pacífica e rentável para os dois lados. E o Brasil do novo presidente aparece nos Estados Unidos como o principal

interlocutor na América do Sul. A pressa do presidente norte-americano em estabelecer relações estreitas com o brasileiro se explica pelas urgências da política internacional.

Bolsonaro, ao contrário, tentou estabelecer relações especiais com Vladimir Putin, logo antes da invasão da Ucrânia. Lula vai ter que se equilibrar entre um e outro polo de poder, sem esquecer da sempre presente China com seus vultosos investimentos no país. É interessante perceber que o jogo da diplomacia internacional muda de acordo com os interesses. Hoje os norte-americanos investem em democracias de centro-esquerda na América Latina. Os russos apostam nos possíveis ditadores de centro-direita. Nunca, desde a Revolução Francesa, quando se criou o conceito, as definições de esquerda e direita valeram tão pouco.

O cerrado e o novo governo Lula

» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO
Engenheiro Florestal, membro da Funatura, da Rede Cerrado e da Rede de Mosaicos

N a semana passada, assisti à Plenária Sociedade Civil Ambiental e Climática promovida pelo Grupo Técnico de Meio Ambiente do gabinete de transição presidencial do governo Lula, evento que contou com a presença do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, das ex-ministras de Meio Ambiente Marina Silva e Izabella Teixeira, do ex-governador do Acre Jorge Viana, da deputada eleita Célia Xaribá e de representantes da sociedade civil de diferentes movimentos socioambientais.

Foi um momento de grande satisfação poder ver que finalmente uma luz se acende novamente, depois de quatro anos de trevas, de descaso com o meio ambiente e com os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Está sendo um verdadeiro horror o que está acontecendo na Amazônia, no Cerrado e, com menos intensidade, nos demais biomas brasileiros. Estamos muito esperançosos e confiando que mudanças positivas virão com o novo governo.

Fiquei frustrado por não ter tido a oportunidade de me manifestar no encontro. Mas, felizmente, poderei expor minhas opiniões neste artigo.

Recentemente foi aprovado pela União Europeia uma regulamentação antidesmatamento, na qual o Mercado Europeu não permitirá a entrada de uma série de commodities, principalmente carne, soja e madeira, que provoquem novos desmatamentos. O foco são as áreas florestais da Amazônia e da Mata Atlântica, o que será positivo para esses biomas. No entanto, o Cerrado ficou de fora. Não podemos aceitar isso. O Cerrado não pode ser sacrificado em função de se proteger a Amazônia e a Mata Atlântica. Trata-se de um bioma extremamente rico, tanto pelos povos que o habitam há tempos imemoriais como em termos de biodiversidade, de água, de carbono, de paisagens, de geodiversidade e de outras preciosidades da natureza.

Apesar de toda essa riqueza, em apenas 50

anos, intensificado nos últimos quatro, cerca de metade do bioma já foi desmatado para dar lugar a imensos monocultivos de grãos, especialmente soja; a imensas áreas de pastagens com extensa criação de gado; a grandes lagos formados pelas barragens para a geração de energia pelas grandes, médias e pequenas hidroelétricas; à produção de carvão; à mineração e aos garimpos predatórios; entre outros fatores. Há milhões de hectares de áreas degradadas, principalmente pastagens. Cerca de 42% do bioma são ocupados com agropecuária; 52% da soja brasileira são cultivados no Cerrado; quatro em cada 10 cabeças do rebanho bovino brasileiro estão no Cerrado. A atividade agropecuária é responsável por 74% das emissões nacionais de gases de efeito estufa, caracterizada, principalmente por: a) gás carbônico (CO₂), em função do desmatamento, da mudança no uso da terra e das queimadas; b) metano (30 vezes mais potente que o CO₂), emitido pelo processo digestivo do gado; c) óxido nitroso (300 vezes mais potente que o CO₂) emitido pelos nitratos de fertilizantes artificiais que reagem com o oxigênio do ar e, também, pela decomposição do nitrogênio no estercó e urina do gado. Em função de tudo isso, o Cerrado não pode ficar fora dessa regulamentação europeia.

Entendemos que a ação mais importante para proteger o Cerrado é por meio da regularização fundiária e demarcação dos territórios indígenas, das unidades de conservação e dos territórios ocupados por quilombolas e demais comunidades tradicionais. Também, entendemos ser fundamental a criação de novas unidades de conservação, tanto públicas, como privadas. Hoje o Cerrado conta com apenas 8,21% de sua superfície em unidades de conservação. A COP15 sobre Biodiversidade, que está acontecendo no Canadá, discute, entre outros pontos, a necessidade de todos os países protegerem

pelo menos 30% de seus territórios na forma de unidades de conservação.

Outras questões importantes referem-se à retomada e ao fortalecimento do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento no Cerrado — PPCerrado; à recuperação de áreas degradadas, com a reativação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa — Planaveg; ao uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, com a reativação da agenda da Sociobio; além da criação de um Fundo para o Cerrado, a exemplo do Fundo Amazônia, que será reativado a partir de janeiro de 2023.

Em termos de gestão das unidades de conservação (UCs) e demais áreas protegidas, entendemos ser importante o fortalecimento da agenda sobre os Mosaicos de UCs e outras áreas protegidas, onde o alvo principal é a gestão integrada desses territórios, integração esta que envolve, além dos gestores das UCs e demais áreas protegidas que compõem os Mosaicos, representantes dos órgãos e entidades que atuam nos territórios federais, estaduais e municipais; representantes da academia, da sociedade civil organizada, do setor produtivo e das comunidades indígenas e povos tradicionais.

Também entendemos ser de fundamental importância a união de esforços entre os trabalhos voltados para a proteção da natureza, a educação e a valorização da cultura dos povos brasileiros. Meio ambiente, educação e cultura caminhando juntos.

Por último, resalto o papel do Parlamento em não aprovar leis que flexibilizem as exigências para garantir a proteção do bioma, bem como a aprovação da PEC que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional pela Constituição brasileira, a exemplo da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, do Pantanal Mato-grossense, reparando uma grave injustiça, quando da época de sua promulgação no ano de 1988.

Uma manobra simples é sempre mais eficaz

» OTÁVIO RÉGO BARROS
General da Reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Há uma máxima na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), cujo curso habilita o oficial à promoção aos postos mais altos da carreira militar, que é repetida à exaustão: manobra simples é sempre mais eficaz.

Durante as provas, o aluno, ao responder aos problemas propostos pelos instrutores, precisa focar constantemente os princípios de guerra nas suas soluções.

Esses princípios nos acompanham ao longo da carreira e se incorporam ao nosso modo de encarar e solucionar os desafios do dia a dia, até mesmo fora da caserna.

A formulação do enunciado, o estudo da intenção do comandante, a contabilidade dos meios, a avaliação dos antagonismos e o curso de ação final são fases que assemelham a análise de uma missão militar aos planejamentos estratégicos na gestão das empresas e nas ações políticas de governo.

Henry Mintzberg, em seu clássico sobre administração e planejamento *Safári de estratégia* (Bookman, 2010), afirma: se a formulação da estratégia é um processo de planejamento e análise, cognição e aprendizado, também é um processo de negociação e concessões entre indivíduos, grupos e coalizões em conflito.

Em época de mudanças sensíveis, quando o poder é realinhado de maneira imprevisível, surgem as divergências nas arenas políticas. Nessas condições, muitas estruturas mudam de dono, e as pessoas envolvidas nos processos sentem-se particularmente inseguras quanto ao seu destino ou ao seu esforço de trabalho.

Estamos em um complicado momento político, fruto da natural ascensão de um novo governo, após renhida disputa nas urnas. Respira-se certa instabilidade institucional.

No campo militar, precisaremos nos debruçar sobre a Política e Estratégia de Defesa Nacional, documentos basilares, que foram formulados pelo Executivo, mas não analisados pelo Congresso, a fim de dar curso estável ao ambiente de segurança interna e externa de nosso país.

As mudanças podem conduzir a contradições como a sustentação de centros de poder superados, ou a introdução de novos centros injustificados, ou, mesmo, a paralisia de um sistema até o ponto em que seu funcionamento é interrompido.

Defesa Nacional, sustentáculo para todos os campos de poder, não pode ser esquecida ou desconstruída ao sabor de vontades revestidas de ideologia, a cada novo governo.

Uma sociedade madura exige que a instituição que promove a sua defesa seja capaz de seguir estratégias claras e deliberadas de natureza política, que sejam transformadas em ações táticas e operacionais nos níveis de execução.

Uma sociedade madura exige que os decisores políticos e militares das estruturas de defesa assumam suas parcelas de responsabilidade e toquem adiante os projetos que lhes foram confiados.

Uma sociedade madura exige que seus soldados estejam sempre preparados, promovendo as condições materiais e emocionais que os fortaleçam como instrumento de Estado e servo do povo.

A escolha anunciada na última sexta-feira, 9 de dezembro, do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, um homem voltado ao diálogo, deixa transparente para a sociedade a preocupação do presidente eleito com uma manobra simples, por consequência, com amplas chances de ser eficaz. O ministro da Defesa e os comandantes a serem escolhidos, certamente, darão continuidade aos trabalhos em andamento imaginados em gestões anteriores.

Identificam que o tema defesa passa o período de um mandato. Ao mesmo tempo, reavaliarão os projetos, ação rotineira do ciclo de planejamento e execução, a fim de identificar possibilidades de melhoria.

Como planejadores estratégicos e conhecedores dos princípios de guerra farão uso das interações modernas entre o estamento civil e o militar para moderar as decisões.

Eles saberão negociar concessões tanto quanto firmar posições para a saúde da Defesa Nacional, para a manutenção de valores e tradições das Forças, para fortalecimento da elevada confiança reinante na opinião da população e, finalmente, para apaziguamento das tensões dos últimos tempos. Contam com o nosso apoio. Boa sorte! Paz e bem.